

Revista Filosófica de Coimbra

vol.16 | n.º32 | 2007

Mário Santiago de Carvalho
Henrique Jales Ribeiro
Montserrat Herrero
Hugo Mendes Amaral
Nuno Ricardo Silva
Pierre Guibentif
Michel Coutu
Edmundo Balsemão Pires
Luc-Henry Choquet

BERTRAND RUSSELL E O PROBLEMA DA INDIVIDUAÇÃO NA FILOSOFIA DO ATOMISMO LÓGICO

Henrique Jales Ribeiro
(Universidade de Coimbra)

Acreditei originalmente, com Leibniz, que tudo o que é complexo é composto de elementos simples, e que isso é importante quando consideramos a análise a respeito desses elementos como o nosso objectivo. Mas vim a concluir, contudo, que ainda que conheçamos muitas coisas complexas nada do que é simples pode ser propriamente *conhecido* (...). Segue-se daqui que toda a questão de saber se há ou não elementos simples que possam ser alcançados através da análise é desnecessária.

B. Russell, *O Meu Desenvolvimento Filosófico*.¹

Resumo

A questão do complexo e da existência de elementos simples que o constituíam é um dos problemas fundamentais da filosofia de Bertrand Russell e, particularmente, do período chamado “atomismo lógico”, com o qual muitas vezes, de forma precipitada, quer ela no seu conjunto quer a filosofia do próprio Ludwig Wittgenstein no *Tractatus Lógico-Philosophicus* é confundida. Pode o “simples”, na acepção russelliana do conceito, quer dizer, como dado último do nosso conhecimento do mundo e sua base fundamental de sustentação, aparecer-nos como o “singular” propriamente dito, isto é, como aquilo que é irredutível a esse conhecimento e, no fim de contas, não analisável? Pode a filosofia, por outro lado, dispensar e finalmente evacuar este problema ao abrigo desta ou daquela versão de um holismo mais ou menos radical em matéria de teoria da significação, continuando a reclamar a sua legitimidade de direito, enquanto tal (filosofia), perante a ciência e o senso comum? O autor deste artigo, na sequência das suas próprias investigações sobre Russell, Wittgenstein e a filosofia analítica de modo geral, levanta, tematiza e aprofunda estas questões desde o manuscrito do filósofo inglês, durante muito tempo inédito, intitulado *Teoria do Conhecimento*, e a “Introdução” ao *Tractatus*, aos últimos trabalhos dele, argumentando que o desenvolvimento da filosofia de Russell, contra a corrente ao longo do século XX, passou essencialmente pela tentativa de

¹ Russell, Bertrand 1959, pp. 165-166.

encontrar uma via alternativa entre fundacionalismo e naturalismo que salvaguardasse de forma consistente o verdadeiro estatuto do singular. Conclui sugerindo que uma tal tentativa, embora esquecida ou ignorada geralmente hoje em dia, é do maior interesse e actualidade para a filosofia contemporânea.

I

Problemas da filosofia do atomismo lógico

É sabido que a “filosofia do atomismo lógico” constitui um desenvolvimento especial do pensamento filosófico de Russell logo a seguir às críticas de Wittgenstein ao trabalho *Teoria do Conhecimento*, escrito em 1913, que Russell nunca viria a publicar integralmente, atestando deste modo a pertinência dessa crítica.² A expressão “atomismo lógico” aparece-nos de passagem no livro, de 1914, *O Nosso Conhecimento do Mundo Externo*, e viria a intitular, quatro anos depois, o conhecido trabalho de Russell “A Filosofia do Atomismo Lógico”.³ Em 1924, já depois da publicação do célebre *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Wittgenstein, Russell escreverá ainda um ensaio com o nome “Atomismo Lógico”, que constitui praticamente o seu último endossamento público de uma tal filosofia.⁴ Nos anos imediatamente a seguir esteve ocupado (filosoficamente falando), num primeiro momento, com a filosofia da ciência e a divulgação pública do seu pensamento de modo geral,⁵ depois, com a segunda edição dos *Principia Mathematica*,⁶ e, finalmente, com a recepção do positivismo lógico vienense,⁷ antes de partir para os Estados Unidos da América, de onde viria a sair com aquele que é, de facto, um dos seus últimos trabalhos de fôlego: *Uma Investigação sobre a Significação e a Verdade*.⁸ Durante todo este período, quer dizer, desde 1924 até à publicação deste livro, dezasseis anos depois, a expressão “filosofia do atomismo lógico” raramente é utilizada pelo próprio Russell para caracterizar a sua filosofia, sugerindo assim ter abandonado algumas das matrizes fundamentais da mesma durante o começo dos anos vinte do século passado. Tal não

² Veja-se a introdução de E. R. Eames a *Idem* 1993, pp. xv-xvii.

³ Veja-se *Idem* 1986, pp. 157-244. Para uma interpretação geral deste trabalho, veja-se Patterson, Wayne A. 1993.

⁴ Veja-se Russell, Bertrand 1988, pp. 160-179.

⁵ Veja-se *Idem* 1992; e *Idem* 1932.

⁶ Veja-se Russell, Bertrand, e Whitehead, Alfred N. 1910-1913.

⁷ Veja-se o conjunto de trabalhos reunidos em Russell, Bertrand 1996, especialmente, pp. 313 e ss..

⁸ *Idem* 1973a.

impediu, como se sabe, que fosse desse modo, isto é, como “filosofia do atomismo lógico”, que a sua filosofia se tornasse conhecida geralmente no pensamento filosófico europeu a partir, sobretudo, da segunda metade do século.⁹

Uma das características principais da recepção da filosofia de Russell, assim identificada com o atomismo lógico, é a sua interpretação como sendo, de forma geral, reducionista e verificacionista, e, como tal, alheia à problemática do holismo em filosofia.¹⁰ A ideia, que se atribui a Russell precipitadamente, é que *todo o conhecimento possível* por parte do homem há-de poder ser ultimamente *reduzido* aos dados dos sentidos (os supostos “átomos lógicos” de que se ocupa “A Filosofia do Atomismo Lógico”, em 1918) e por eles verificado, ou então construído por seu intermédio, ao abrigo da teoria do filósofo para o efeito (a teoria das construções lógicas).¹¹ Desses dados, que muitas vezes se confundia, sem mais, com os próprios objectos físicos (ao contrário das concepções de Russell na matéria), ter-se-ia um conhecimento directo e imediato (“acquaintance”),¹² e, portanto, indubitável (o que também não é absolutamente rigoroso).¹³ A palavra-chave da filosofia de Russell seria, pois, o atomismo; e, mais precisamente, no que à defesa do mesmo por parte do filósofo diz respeito, um atomismo ingénuo ou inconsciente dos seus próprios pressupostos fundamentais. Note-se, desde já, que com uma tal interpretação *a problemática da individuação e do singular, quer dizer, do que desafia a categorização lógica e/ou filosófica e é, em última análise, irreduzível a esta, impondo-se por si próprio, não chega a colocar-se verdadeiramente*. Veremos mais à frente, contra a interpretação oficial sobre o assunto e na sequência

⁹ Veja-se, neste sentido, Pears, David 1956, pp. 41-55, e *Idem* 1993, pp. 69 e ss..

¹⁰ Veja-se uma síntese dessa interpretação, por um dos seus seguidores, em Hacker, P. M. S. 1996, pp. 12 e ss.. Mais recentemente, *Idem* 2001, pp. 4-7.

¹¹ É uma interpretação que H. Putnam desenvolveu, na sequência de Quine e de outros, em alguns dos seus trabalhos coligidos em 1975. Veja-se Putnam, Hilary 1986.

¹² Traduzimos o conceito de “acquaintance” por “conhecimento directo e imediato”, não por “trato”, “intimidade” ou “familiarização”, como acontece em Russel, Bertrand 1974, na tradução de António Sérgio. A razão é que essas traduções (“trato”, por exemplo) tem conotações físicas que não fazem parte da teoria de “acquaintance” de Russell (uma vez que, segundo ele, se pode ter “acquaintance” de universais). É também como “conhecimento directo e imediato” que o tradutor francês François Rivenc traduz “acquaintance” (Russell, Bertrand 1989). A desvantagem desta tradução é puramente estilística e secundária: conduz a alguma redundância quando Russell nos fala do “conhecimento” proporcionado pelo nosso “conhecimento directo e imediato”, como acontece com alguma frequência em Russell, Bertrand 1993 e em *Idem* 1973.

¹³ Veja-se Savage, G. Wade 1989, pp. 138-168; e Taylor, Gerald 1993-1994, pp. 168-174.

das nossas próprias investigações,¹⁴ que um dos traços essenciais dessa problemática, no período do chamado “atomismo lógico”, passa não só pelo holismo em matéria de teoria de significação, sobretudo a partir de 1919 e do ensaio intitulado “Sobre as Proposições”, mas pela tensão ou conflito entre o mesmo e um atomismo em que é suposto assentar, do ponto de vista da lógica, a base essencial dessa significação.

Técnica e/ou filosoficamente, o período da filosofia de Russell que vai de 1912-1913 a 1924 é extremamente complexo, e pode ser encarado, portanto, de diferentes perspectivas, que importa brevemente considerar antes de nos ocuparmos do problema da individuação propriamente dito. Russell, depois da primeira edição dos *Principia Mathematica* (1910-1914), estava interessado em pôr a lógica ao serviço da explicação do nosso conhecimento nas ciências da natureza, e um tal projecto implicava, em última análise, uma refundação da mesma, em particular, toda uma (nova) teoria do conhecimento. Basicamente, o projecto de Russell passava por oferecer, ao abrigo dessa teoria, uma ampla justificação da interpretação da teoria dos tipos que nos tinha oferecido nessa edição. O prefácio desta, escrito em 1910, tinha assentado essa teoria, parcialmente, em premissas ontológicas e epistemológicas, que passavam pela ideia de que a hierarquia de tipos tinha um fundamento no próprio real, e que, portanto, as linguagens-tipo expressariam uma hierarquia ontológica e epistemológica do mesmo, e não eram, pois, categorias meramente lógicas.¹⁵ Uma das consequências conhecidas dessa ideia foi o abandono da teoria realista das proposições, de *Os Princípios da Matemática*, a favor da chamada “teoria do juízo como relação múltipla” (“multiple relation theory of judgment”).¹⁶ A hierarquia, considerada deste ponto de vista, era suposto identificar-se de algum modo com o próprio sujeito de conhecimento, a estratificação de linguagens-tipo correspondendo, no fundo, a uma estratificação de níveis ou tipos de juízos, desde os juízos atômicos propriamente ditos e daqueles que são o objecto peculiar da teoria do juízo como relação múltipla até aos mais elevados patamares do pensamento matemático. Contudo, a questão de saber qual é especificamente a natureza da correspondência entre a hierarquia, onto-epistemologicamente interpretada, e o sujeito de conhecimento ele mesmo, que é imposta, na prática, por essa teoria, não tem qualquer resposta no prefácio de os *Principia* e

¹⁴ Veja-se Ribeiro, Henrique Jales 1999, especialmente, pp. 221 e ss.; *Idem* 1999a, pp. 427 e ss.; e *Idem* 2002, pp. 465 e ss..

¹⁵ Veja-se Russell, Bertrand, e Whitehead, Alfred N. 1910-1913, vol. I, “Introduction”.

¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 45 e ss..

nos textos dedicados à filosofia do atomismo lógico (*O Nosso Conhecimento do Mundo Externo* e “A Filosofia do Atomismo Lógico”, designadamente), nem, de facto, como se sugerirá adiante, a terá até aos livros *Uma Investigação sobre a Significação e a Verdade* e *O Conhecimento Humano*—os últimos grandes trabalhos filosóficos de Russell.¹⁷ Como é que uma hierarquia de tipos lógico-matemáticos,—que a tradição filosófica, aliás, tem de forma persistente mas não menos errónea identificado com uma linguagem artificial —,¹⁸ pode fazer parte, de algum modo, não só da natureza do sujeito de conhecimento mas também da natureza do próprio mundo? Russell contorna claramente a questão ao longo do período do atomismo lógico propriamente dito.

Numa das nossas investigações, sugerimos que foi justamente a concepção de Russell de uma hierarquia onto-epistemologicamente interpretada que esteve na origem das teses fundamentais de Carnap em *A Construção Lógica do Mundo*.¹⁹ A conexão, historicamente falando, não nos interessa aqui. O que interessa sublinhar é que, como no caso de Carnap, uma tal concepção é marcadamente *holista* e aparece, no que a Russell concerne, ao arpejo do atomismo que eleæpensando nas diversas versões, idealistas ou não, do monismo em filosofiaænos diz caracterizar a sua filosofia.²⁰ Na verdade, interpretado em rigor, *esse atomismo é próprio apenas da linguagem-tipo de base da hierarquia, não desta no seu conjunto*. Seja como for, uma hierarquia que está de algum modo dada na experiência em geral do sujeito de conhecimento não pode deixar de ter uma significação holista. (Que o próprio Russell não reconheça e tematize expressamente uma tal significação, a exemplo do que fará aliás Carnap uma década depois, é irrelevante.) É por esta via, vê-lo-emos, que uma parte da problemática da individuação tanto no atomismo lógico como posteriormente vai ser colocada.

Uma segunda vertente da interpretação da filosofia do atomismo lógico é a questão de saber como integrar de forma coerente, no âmbito dessa filosofia, as diferentes teorias que é suposto fazerem parte da mesma, a saber, a teoria do conhecimento directo e imediato (“acquaintance”), a teoria das descrições e a teoria das construções lógicas. As duas primeiras vêm já do período logicista propriamente dito, e Russell forneceu a re-interpretção necessária delas ao abrigo da nova concepção do juízo como relação múltipla, em 1911, num trabalho intitulado “Conhecimento

¹⁷ Veja-se *Idem* 1973a, especialmente pp. 59 e ss..

¹⁸ Veja-se Hacker, P. M. S. 1996, pp. 26-27.

¹⁹ Veja-se Ribeiro, H. Jales 2001, pp. 305-318; e Carnap, Rudolf 1967.

²⁰ Veja-se Russell, Bertrand 1986, p. 160.

Directo e Imediato e Conhecimento por Descrição”.²¹ A última, por outro lado, só virá a entrar em cena em 1914, em *O Nosso Conhecimento do Mundo Externo*, na sequência da influência de A. N. Whitehead,²² e receberá um tratamento exaustivo alguns anos depois, ainda no período do atomismo lógico, em *A Análise da Mente*.²³ Está longe de ser claro qual é o quadro organizador e unificador das três teorias referidas e, em especial, das duas últimas. Onde não há conhecimento directo e imediato há conhecimento por descrição; e onde há conhecimento por descrição pode haver conhecimento por construção lógica, embora o campo de aplicação deste não seja inteiramente coextensivo com o daquele.²⁴ Mas as posições de Russell quanto àquilo que é objecto de conhecimento directo e imediato, e, portanto, quanto ao papel que fica para a teoria das descrições e para a das construções lógicas, evoluíram consideravelmente durante a fase do atomismo lógico, terminando o filósofo por rejeitar a própria possibilidade de um tal conhecimento, na prática, no ensaio “Sobre as Proposições” (1919),²⁵ e, mais decisivamente do ponto de vista teórico, em *A Análise da Mente*.²⁶ O facto é geralmente ignorado pela historiografia filosófica sobre Russell e por aquilo que temos vindo a designar, nestes últimos anos, como “imagem oficial” da sua filosofia.²⁷

É a rejeição russelliana da teoria de um conhecimento directo e imediato que conduz o filósofo a colocar expressamente o problema da individuação no quadro da concepção que se tornou usual chamar, de maneira geral, a ‘theory-ladenness of observation’ (“permeabilidade da teoria à observação”). Num trabalho recente, já aqui aludido, defendemos que é à ideia de Russell de uma linguagem ideal ou “logicamente perfeita”, que é apresentada em “A Filosofia do Atomismo Lógico” e retoma em novos termos a hierarquia onto-epistemologicamente interpretada dos *Principia*, que devemos atribuir a função organizadora e unificadora da filosofia do nosso autor e, em particular, a tentativa de resolução do conjunto de problemas levantados com a rejeição da teoria do conhecimento directo e imediato e o aparecimento subsequente da “theory-ladenness of

²¹ Veja-se *Idem* 1992a, pp. 147-161.

²² Veja-se *Idem* 1949, pp. 7-8.

²³ Veja-se *Idem* 1978, especialmente, “Lecture VII”, pp. 124 e ss..

²⁴ Veja-se *Idem* 1986, especialmente, “Lecture VI”, pp. 211 e ss.; cf. Ribeiro, H. Jales 2005, pp. 81 e ss..

²⁵ Veja-se Russell, Bertrand 1986, pp. 276-306.

²⁶ Veja-se *Idem* 1978, especialmente, pp. 25 e ss.; e *Idem* 1959, p. 135.

²⁷ Veja-se Ribeiro, H. Jales 1999, pp. 199 e ss..

observation”.²⁸ Contudo, também na altura observámos que o próprio Russell, quer nesse texto quer noutros imediatamente posteriores, não tem ideias definidas e precisas sobre o assunto, essa concepção valendo mais pelo que sugere do que por aquilo que defende ou sustenta de forma expressa.²⁹

Este estado relativamente confuso da filosofia do atomismo lógico para o próprio Russell, a que temos vindo a aludir recorrentemente, conduz-nos, para terminar estas considerações preliminares, a uma apreciação geral das objecções de Wittgenstein a essa filosofia, quer àquelas que foram feitas ao manuscrito *Teoria do Conhecimento* quer às que foram formuladas mais explicitamente no *Tractatus Lógico-Philosophicus*. É sabido que as primeiras paralisaram o nosso autor na altura, como ele próprio confessará em privado,³⁰ e que alguns anos depois, em conjunto com as segundas, conduziram a uma situação que muitos autores têm apelidado, com alguma precipitação, “bancarota da filosofia de Russell”.³¹ Contudo, *a importância das críticas de Wittgenstein não deve ser exagerada, ao contrário do que é usual fazer-se*. Quando estamos a falar de Russell estamos a falar de um autêntico criador, do introdutor de uma concepção da filosofia inteiramente original que fez o seu percurso ao longo da história da filosofia no século passado; e é natural, por isso, que a mesma lhe apresentasse problemas com os quais ele tinha dificuldades em lidar e para os quais chamava, muito especialmente, a atenção de Wittgenstein seu amigo e discípulo. Parte dessas dificuldades, no que concerne à filosofia do atomismo lógico, têm a ver com o estatuto das relações e a questão de saber o que é que faz a unidade no complexo; e foi precisamente essa a via principal das referidas objecções logo em 1913. Neste sentido, tem sido frequente ver *apenas* nessas matérias (“puramente lógicas”, poderíamos acrescentar) e, concomitantemente, na influência de Wittgenstein a tal respeito, o fio condutor da filosofia de Russell.³² É duvidoso que esta perspectiva seja suficiente, *só por si*, para explicar o tipo de problemas que preocupavam Russell no período aludido, como aliás ele próprio sugere, anos mais tarde, em *O Meu Desenvolvimento Filosófico*. Aí Russell defende, em contraste, que não foram tanto os problemas lógicos e/ou epistemológicos que estiveram no cerne do desenvolvimento da sua filosofia mas mais questões a que podemos

²⁸ *Idem* 2005, especialmente, pp. 119 e ss..

²⁹ *Idem, ibidem*, pp. 125 e ss..

³⁰ Veja-se Clark, R. W. 1975, pp. 204-205.

³¹ Veja-se Hylton, Peter 1990, p. 165; e Eames, E. R. 1989, p. 166.

³² Veja-se Griffin, Nicholas 1993, pp. 159 e ss.; Linsky, Bernard 1993, pp. 193 e ss.; e Candlish, Stewart 1996, pp. 103 e ss.

chamar “meta-filosóficas”, independentes da influência de Wittgenstein de maneira geral, como a de saber qual é o papel da análise na investigação filosófica, e, a esta luz, qual é o estatuto da filosofia perante a ciência e o senso comum, ou a de saber se existem ou não dados últimos do conhecimento.³³ É no âmbito desta última questão que a problemática da individuação na filosofia do atomismo lógico deve ser colocada.

II

O problema da individuação no atomismo lógico: atomismo vs holismo

Existirão dados últimos do conhecimento, isto é, mais precisamente, *dados irreduzíveis à nossa forma de os conhecermos*, qualquer que ela seja, e a eles chegarmos? É este, “grosso modo” falando, o problema da individuação no atomismo lógico, e, na verdade, na própria filosofia de Russell de maneira geral, como o livro *O Meu Desenvolvimento Filosófico*, citado em epígrafe neste trabalho, mostra com clareza. Atente-se que não se trata simplesmente de averiguar se existem ou não dados últimos do conhecimento mas, outrossim, *se os mesmos podem ou não ser assimilados e reduzidos à forma como temos conhecimento deles*. É só no último caso que tais dados nos aparecem propriamente como o *singular* e levantam o problema subsequente de saber qual é o seu estatuto ou a sua natureza. Importa salientar, desde já, que este último problema não se coloca, em rigor, numa primeira fase do desenvolvimento do atomismo lógico, que vai desde o manuscrito *Teoria do Conhecimento* (1913) ao ensaio “Sobre as Proposições” (1919). Mais precisamente, ele não se coloca para uma teoria como a de Russell a respeito do nosso conhecimento directo e imediato (“acquaintance”), ou, por outras palavras, só se põe a partir do momento em que essa teoria é abandonada. Tal vem a acontecer na sequência, em parte, do aprofundamento durante esse período, pelo nosso filósofo, de certas críticas feitas por Wittgenstein, sobre as quais nos iremos deter a seguir.

Porque é que o problema da individuação não se levanta para uma teoria como a do conhecimento directo e imediato? Recordemos alguns aspectos essenciais dessa teoria desde “Conhecimento Directo e Imediato e Conhecimento por Descrição” (1911) a *Teoria do Conhecimento* (1913), passando por *Os Problemas da Filosofia* (1912). Russell, como se sabe, divide todo o conhecimento em duas categorias: conhecimento de verda-

³³ Veja-se Russell, Bertrand 1959, chap. I, pp. 11-15.

des e conhecimento de coisas.³⁴ No âmbito desta última categoria, distingue duas espécies de conhecimento: conhecimento directo e imediato, ou “*acquaintance*”, que é, como ele diz, “o verdadeiro conhecimento de coisas”,³⁵ e conhecimento por descrição. Tem-se conhecimento directo e imediato de um objecto ou de uma coisa quando esse conhecimento não é o resultado de qualquer processo de inferência. Algo é conhecido directa e imediatamente, pois, quando se oferece numa relação de apresentação ou é apresentado àquele que conhece sem ser por intermédio de qualquer outra coisa.³⁶ Russell mantém que temos conhecimento directo e imediato dos nossos dados dos sentidos, de propriedades universais e de relações (entre as quais estão incluídos os factos matemáticos abstractos de que se ocupam teorias como as dos *Principia Mathematica*).³⁷ E defende, especialmente por altura do manuscrito *Teoria do Conhecimento*, que, embora possamos ter um tal conhecimento das nossas experiências particulares, não podemos, tê-lo, contudo, dos nossos próprios Eus enquanto opostos a essas experiências.³⁸ Ele alerta-nos ainda para o facto de que “entre os objectos dos quais temos conhecimento directo e imediato não estão incluídos objectos físicos (enquanto opostos aos dados dos sentidos) nem as mentes de outras pessoas.”³⁹ Quanto aos primeiros, a razão é que, para Russell, um objecto físico é uma “inferência” ou uma “construção teórica”.⁴⁰ Não podemos ter conhecimento directo e imediato de objectos físicos porque simples inferências ou construções teóricas não podem constituir o objecto de nenhuma apresentação feita nesses termos. Quanto às segundas, ele explica que embora possamos ter um tal conhecimento quando se trata do nosso próprio conhecimento directo e imediato do objecto *O*, não podemos ter esse conhecimento a respeito do conhecimento directo e imediato de *O* por parte de outra pessoa qualquer. Como Russell observa: “A experiência de *O* por *A* pode ser experienciada por *A*, e a experiência de *O* por *B* pode ser experienciada por *B*, mas nenhum deles pode experienciar a experiência do outro.”⁴¹

Dada uma teoria como a que acabámos de apresentar, é evidente que o problema da individuação, tal como mais acima o sintetizámos, não se coloca; ou melhor, não se coloca se não por via de algumas dificuldades

³⁴ *Idem* 1992, p. 148.

³⁵ *Idem* 1993, p. 32.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 47.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 47.

³⁸ *Idem, ibidem*, pp. 21 e ss..

³⁹ *Idem* 1992, p. 151.

⁴⁰ *Idem* 1993, pp. 43-44.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 35.

internas da própria teoria. Russell tinha definido o nosso conhecimento directo e imediato como um conhecimento de coisas, não de verdades, quer dizer, como se esse conhecimento fosse completamente em extensão. Ele concede que o primeiro tipo de conhecimento é geralmente acompanhado do segundo, mas mantém que, de facto, nunca envolve explicitamente este.⁴² Não é outro o cerne das críticas de Wittgenstein: a teoria de Russell, segundo o seu jovem discípulo e amigo, não salvaguarda esta condição essencial. Inicialmente, Russell defendeu que o único requisito para o nosso conhecimento directo e imediato de uma proposição (“ aRb ”) é o conhecimento directo e imediato de cada um dos seus constituintes (a , R , b). Mas o que é que torna possível que combinemos esses três elementos em pensamento de uma forma que faça sentido? A dificuldade consiste em que certas relações, como é o caso das assimétricas (“Sócrates precede Platão”), parecem envolver não apenas o conhecimento directo e imediato da relação em si mesma e dos objectos em questão, mas também o conhecimento de que a relação pode ligar esses objectos de duas formas diferentes (uma das quais será falsa), e, portanto, a capacidade de as discriminar. Por outras palavras, envolvem o conhecimento directo e imediato de a e de b como objectos do tipo apropriado que se combinam com R para produzir aRb . Mas, se assim é, conclui Wittgenstein pela sua parte, o conhecimento directo e imediato já não será em extensão, presupondo um conhecimento de verdades a respeito dos respectivos objectos. Em *Teoria do Conhecimento*, em parte para contornar esta dificuldade, Russell tinha avançado com um outro elemento: a combinação dos objectos na proposição requer que tenhamos conhecimento directo e imediato, para além deles, da forma geral da mesma, no caso, da forma geral das proposições relacionais.⁴³ É essencial, para que haja um conhecimento directo e imediato da proposição, que, previamente, o sujeito já tenha um conhecimento da referida forma. (É com base neste pressuposto fundamental que Russell vai desenvolver a sua concepção da lógica, em textos como “A Filosofia do Atomismo Lógico”, como a doutrina que tratará da investigação de factos inteiramente gerais, de que se ocuparão proposições evidentes por si mesmas e elas próprias completamente generalizadas. E é uma tal doutrina, por outro lado, que certas afirmações do *Tractatus* visam muito particularmente.)⁴⁴ Mas o expediente, para além de introduzir uma outra forma de conhecimento directo e imediato adicional (o das formas puras ou sem constituintes), não resolve o problema

⁴² Veja-se *Idem* 1973, chap. 5.

⁴³ Veja-se *Idem* 1993, pp. 105 e ss..

⁴⁴ Veja-se Wittgenstein, Ludwig 1933, 5. 261, pp. 137-138. Cf. 4.0411, p. 71.

que era suposto ser a sua finalidade: se o conhecimento da forma é *a priori*, no sentido russelliano do conceito,⁴⁵ o dos objectos constituintes das proposições (propriamente ditos) onde elas entram é contingente. *São esses objectos, no fim de contas, que nos aparecem como o verdadeiro singular nesta fase inicial do desenvolvimento da filosofia do atomismo lógico.*

Russell, pois, tinha que considerar uma forma de lidar com *o problema da justificação do nosso conhecimento do mundo externo* mais ou menos à revelia da teoria do conhecimento directo e imediato, e é isso que ele procurará fazer, logo a seguir ao manuscrito *Teoria do Conhecimento*, no livro que tem precisamente esse nome (*O Nosso Conhecimento do Mundo Externo*) e, quatro anos mais tarde, nas lições sobre “A Filosofia do Atomismo Lógico”. A mudança ou transformação da sua filosofia passou, basicamente, pela tentativa de adaptação das teses linguísticas de Wittgenstein, nas “Notas Ditadas a G. E. Moore na Noruega” e nos *Cadernos (1914-1916)*, ao esquema da hierarquia de tipos onto-epistemologicamente interpretada da “Introdução” aos *Principia Mathematica*.⁴⁶ É uma tal transformação que virá a constituir a chamada “filosofia do atomismo lógico”.

Seja como for, a mesma estava, à partida, condenada ao fracasso, não tanto por razões internas, onde devemos incluir as apontadas por Wittgenstein em 1913, mas, fundamentalmente, por razões de natureza meta-filosófica a que já aludimos, e que, pelo menos em parte, estão na origem da teoria do conhecimento directo e imediato. Um dos objectivos desta teoria, como mostram os primeiros capítulos de *Teoria do Conhecimento*, era constituir uma abordagem do problema do conhecimento completamente alternativa à do pragmatismo e naturalismo americanos, de W. James e de John Dewey, e, em particular, às respectivas concepções a respeito da doutrina que se convencionou chamar “monismo neutral”.⁴⁷ A ideia de Russell era que essas concepções estavam impregnadas de uma visão holista do referido problema, que conduzia, no fundo, à sua completa evacuação, quer dizer, da questão de saber como é que nós chegamos efectivamente a conhecer o que quer que seja.⁴⁸ Se as coisas apenas se tornam parte da minha experiência em virtude de certas relações que têm umas com as outras, em especial, pelo facto de constituírem um sistema inter-relacionado, então, objecta Russell, não é possível compreender como

⁴⁵ Veja-se Russell, Bertrand 1973, chap. 8, pp. 46 e ss..

⁴⁶ Veja-se uma interpretação geral desta mudança em Hylton, Peter 1992.

⁴⁷ Veja-se Russel, Bertrand 1993 (1913), pp. 15 e ss..

⁴⁸ Veja-se *Idem, ibidem*, pp. 22-23.

é que eu chego a experienciar uma única coisa propriamente dita.⁴⁹ Foi justamente em oposição a um tal holismo que o filósofo apresentou e desenvolveu a sua teoria do conhecimento directo e imediato. Deste ponto de vista, como já se sugeriu, *esta teoria aparece-nos como uma tentativa de reformular o problema do conhecimento posto pelo holismo na perspectiva de uma dilucidação do estatuto do singular*.

Agora, este pressuposto meta-filosófico fundamental que têm a ver com a oposição ao holismo do pragmatismo, do atomismo, deixa de fazer sentido logo depois das lições sobre “A Filosofia do Atomismo Lógico”. A razão é que o próprio Russell, independentemente de qualquer influência por parte de Wittgenstein, acaba por aderir de maneira geral a uma concepção holista em filosofia que, embora não seja coincidente com a do pragmatismo, implica, como neste, a tese do monismo neutral e a ideia de que tanto a mente como os objectos físicos são construções lógicas. É a concepção que noutros trabalhos temos vindo a designar por “holismo semântico parcial”,⁵⁰ e a que já aludimos na primeira secção deste trabalho quando falámos da “theory-ladenness of observation”, assinalando que é só com esta última teoria que o problema da individuação no atomismo lógico se coloca verdadeiramente.

A nova concepção de Russell ao abrigo desta teoria, cujo advento é coetâneo da apercepção pela sua parte (por volta do segundo semestre de 1918) da importância semântica da problemática da linguagem,⁵¹ é que os dados supostamente últimos do nosso conhecimento são sempre mediados e interpretados, em certa medida, pelas nossas representações, e que, portanto, a significação destas é sempre mais ou menos indeterminada. Esta concepção implica aceitar grande parte do behaviorismo e naturalismo em filosofia que Russell tinha rejeitado expressamente em *Teoria do Conhecimento* e trabalhos seguintes, e, posta do ponto de vista da filosofia da linguagem, arrasta consigo a ideia de que a significação tem como base essencialmente o uso da própria linguagem. Trata-se de um tema sobre o qual o filósofo dissertará em “Sobre as Proposições” pela primeira vez, e depois, de forma mais segura de si, na Lição X de *A Análise da Mente*.⁵² Por outro lado, é a referida concepção que conduz Russell a formular o problema da individuação propriamente dito para o atomismo lógico: *uma vez que o dado, de maneira geral, só é dado à luz das nossas representações, em que medida é que podemos dizer que ele*

⁴⁹ Veja-se *Idem, ibidem*, p. 23.

⁵⁰ Veja-se Ribeiro, H. Jales 2002, pp. 465 e ss.; e *Idem* 2004, pp. 368 e ss..

⁵¹ Veja-se Russell, Bertrand 1959, chap. XIII, pp. 145 e ss..

⁵² Veja-se *Idem* 1986, pp. 290 e ss.; e *Idem* 1978, pp. 188-212.

existe enquanto tal, e é, portanto, essencialmente distinto delas? Enunciado de outro modo: em que medida se poderá dizer que existem “simples”, uma vez que a natureza destes é condicionada e afectada, à partida, pelas nossas representações a seu respeito? Russell não pensa que a relatividade semântica a que acabamos de aludir conduza à eliminação da noção de dado (ou de “simples”), em contraste com a versões holistas mais ou menos radicais da “theory-ladenness of observation”. Pelo contrário, para ele é essencial manter essa relatividade e, com ela, a referida noção, em ordem a preservar o objectivo da análise e a legitimidade da própria filosofia. (É, como se tem vindo a dizer, a tarefa que o filósofo atribui à ideia de uma “linguagem logicamente perfeita”.) Deste ponto de vista, em 1923, isto é, ainda no período do atomismo lógico, Russell observará que a indeterminação que resulta da referida relatividade diz respeito, em primeira mão, não ao dado em si mesmo, como se poderia ser levado a pensar de acordo com Kant e o kantismo em filosofia, mas à própria representação que temos dele.⁵³ O que quer dizer, na perspectiva de uma teoria da significação contemporânea como a de Quine, que não é a matéria (ou referência) das nossas representações (ou esquemas conceptuais) ela mesma que é indeterminada; para o filósofo inglês essa indeterminação seria própria apenas do que o americano designa como “plano da tradução”.

III

Russell, o atomismo lógico do ‘Tractatus’ e o problema da individuação

Depois do que fica dito, é evidente que a identificação da filosofia de Russell, no período da elaboração e publicação do *Tractatus*, com o atomismo e reducionismo em matéria de lógica e de epistemologia, não se justifica. Dado o enquadramento filosófico do autor, na altura, no âmbito da chamada “theory-ladenness of observation”, *essa identificação levaria, no fundo, ao completo desvanecimento do problema da individuação.*

Considere-se, mais uma vez, a reformulação por parte de Russell da teoria dos objectos, no *Tractatus*, ao abrigo do holismo semântico parcial que vimos caracterizar um tal enquadramento. Aquilo que é ou não um objecto, ou um “simples” (na acepção russelliana do conceito), é um pro-

⁵³ Veja-se *Idem* 1988, p. 148. Cf. Ribeiro, H. Jales 1999, pp. 221 e ss..

blema para a análise lógica, segundo ele, e não uma matéria de investigação empírica, seja ela qual for, na medida em que esta investigação, pela sua própria natureza, jamais pode vir a determinar o que é ou não um objecto. De onde decorre que não pode haver conhecimento directo e imediato (“acquaintance”) de tais objectos. Trata-se de uma ideia sugerida pelas lições sobre “A Filosofia do Atomismo Lógico”,⁵⁴ logo em 1918 e ainda antes da emergência da “theory-ladenness of observation”, ao contrário do que defende a historiografia de orientação wittgensteiniana na matéria. Russell, pois, deste ponto de vista, ia ao encontro da doutrina do *Tractatus* sobre o assunto. Mas, por outro lado, em contraste com o que o Wittgenstein parece defender quer nos *Cadernos* quer nesse livro, essa teoria vem mostrar que o complexo é complexo justamente devido à indeterminação da significação que o caracteriza, e não por ser, em última análise, constituído pelo simples.⁵⁵ De onde, como mostrámos na secção anterior, não faz mais sentido falar em “objectos” como constituindo a “substância do mundo”, a exemplo do que acontece nos parágrafos iniciais do *Tractatus*, e a *questão da identificação do que é ou não um objecto ou um simples nos aparece, em boa verdade, como a questão da identificação do singular*, quer dizer, do que seria do ponto de vista da análise, no quadro da “theory-ladenness of observation”, completamente indeterminado.

Mas se Russell não é um atomista a quem repugnaria o holismo, a mesma coisa, de um outro ponto de vista, poderia ser afirmada a propósito da filosofia de Wittgenstein nesse livro. Ela é expressão essencialmente, como temos vindo a defender nos últimos anos em contraste com a historiografia conhecida sobre o assunto, de uma visão caracteristicamente holista dos problemas filosóficos, tanto quanto à lógica como quanto à teoria da significação propriamente dita.⁵⁶ Sendo certo que Russell de modo algum endossa as teorias fundamentais do *Tractatus*, como a sua “Introdução” ao mesmo mostra de forma clara,⁵⁷ e que Wittgenstein aí, por outro lado, não só está longe de subscrever as ideias de Russell de modo geral como até, segundo algumas interpretações a que já aludimos, teria levado à sua bancarrota, importa ver, brevemente, em que medida diferem ou contrastam entre si as concepções dos dois autores a respeito da problemática do holismo em filosofia, tendo em mente, sobretudo, a

⁵⁴ Veja-se Russell, Bertrand 1986, “Lecture I”, pp. 160 e ss..

⁵⁵ Veja-se Wittgenstein, Ludwig 1969, pp. 63 e 70e; e *Idem* 1933, 3.23, 3.24 e 3.25, p. 49.

⁵⁶ Veja-se Ribeiro, H. Jales 1999a, pp. 427 e ss.; *Idem* 2000, pp. 401 e ss.; *Idem* 2002, pp. 465 e ss.; e *Idem* 2004, pp. 368 e ss..

⁵⁷ Russell, Bertrand, pp. 101-112.

posição de cada um quanto à questão da individuação. Na verdade, vamos sugerir que é essa questão fundamentalmente que está no cerne das divergências entre os dois filósofos, em especial da parte de Russell.

Já se disse que um dos propósitos essenciais da “linguagem logicamente perfeita de Russell”, das suas lições sobre “A Filosofia do Atomismo Lógico” em diante, face às pretensões abusivas de um holismo mais ou menos radical em filosofia (como era o caso do pragmatismo e naturalismo de W. James e J. Dewey), consistia justamente em procurar salvar e defender (“assimptoticamente”, como ele dirá em 1940) a ideia de dados últimos do conhecimento, confinando-os à linguagem de base da sua hierarquia de tipos onto-epistemologicamente interpretada. Uma tal linguagem, como aliás até certa altura a ideia ela mesma de um conhecimento directo e imediato (“acquaintance”), tinha, pois, uma função essencialmente heurística ou metodológica, que, por vezes, Russell estende ao plano linguístico propriamente dito. Deste último ponto de vista, como ele dirá, com essa linguagem teríamos um instrumento para vir a compreender finalmente a natureza vaga, imprecisa e, em última análise, defeituosa, da linguagem corrente.⁵⁸ Não porque, note-se mais uma vez, esta linguagem não esteja “em ordem tal como está”, ou porque seja possível substituí-la por outra, como seria o caso (para algumas interpretações wittgensteinianas de Russell) de uma linguagem propriamente artificial, mas, isso sim, porque os tipos da hierarquia, interpretados do modo que vimos na primeira secção deste trabalho, constituirão eles mesmos linguagens, com base nas quais, em princípio, poderemos reinterpretar a linguagem corrente.⁵⁹ Esta é a ideia fundamental de Russell, embora, por razões a que já tivemos oportunidade de aludir nessa mesma secção, nos apareça confusamente misturada, aqui e ali, com conjecturas filosóficas espúrias, que, em rigor e por isso mesmo, não são necessárias para a sua aceitação e justificação. É a ideia, como mostrámos noutra parte, que ele vai atribuir precipitadamente a Wittgenstein na “Introdução” ao *Tractatus*.⁶⁰

As razões dessa indevida atribuição são complexas, uma vez que, como acabámos de dizer, há alguma confusão e incoerência da parte de Russell, mas podem ser sintetizadas na seguinte explicação: apesar de não poder aceitar a teoria do mostrar do *Tractatus*, a qual em grande parte

⁵⁸ *Idem* 1986, pp. 174 e ss.; veja-se ainda *Idem* 1973a, pp. 117-118.

⁵⁹ Como sugerimos mais acima, a perspectiva linguística não é ainda completamente evidente em “The Philosophy of Logical Atomism”, embora Russell aluda a ela [cf. *Idem* 1986, p. 232]. Mas é já patente, por exemplo, na “Introdução” ao *Tractatus*. Cf. *Idem* 1988, pp. 111-112.

⁶⁰ Veja-se Ribeiro, H. Jales 2005, pp. 87 e ss..

visava responder aos mesmos problemas que a sua própria teoria do conhecimento directo e imediato (“acquaintance”) tinha procurado solucionar sem sucesso, ou de não poder subscrever completamente a teoria de Wittgenstein a respeito do solipsismo,⁶¹ que, por outro lado, ia em certa medida ao encontro do monismo neutral de trabalhos como *A Análise da Mente*,⁶² Russell julgou ver tanto numa como noutra uma expressão desse mesmo holismo semântico parcial que caracterizava a sua filosofia ao abrigo da “theory-ladenness of observation”. Por duas razões fundamentais: a primeira, era que ambas as teorias pareciam defender a ideia (que, como se viu na secção anterior, Russell, em 1923, atribui finalmente a Kant) de que os factos, ou o objecto do nosso conhecimento de maneira geral, é sempre mediado e, de certo modo, “constituído” pelas nossas representações e não existe propriamente de forma independente delas (ou independentemente do *todo* em que consiste a representação); a segunda, era que seria justamente uma tal mediação que estaria na origem da indeterminação das nossas representações, no caso, da indeterminação da linguagem corrente,æa que amiúde alude o *Tractatus*.⁶³ Tudo somado, Wittgenstein, segundo Russell, subscreveria pois a ideia de uma “linguagem logicamente perfeita”.

Seja como for, o ponto essencial para Russell a respeito da teoria do mostrar, *quando considerada do ponto de vista das suas consequências*, era que ela é completamente inaceitável, conduzindo ao fim da própria filosofia de maneira geral.⁶⁴ A ideia holista, de Wittgenstein, de que a forma lógica da nossa representação dos factos não pode por sua vez ser representada, sob pena de um vazio da representação e, em última análise, de um regresso ao infinito,⁶⁵ faz parte, segundo a “Introdução ao *Tractatus*, de uma visão igualmente holista, mas mais radical, a respeito da própria lógica no seu conjunto, na perspectiva da qual, sendo ela o “espelho do mundo”,⁶⁶ é ilegítimo um *discurso* da mesma sobre as suas próprias condições de possibilidade, porque isso significaria, no fundo, sair para fora dos respectivos limites e, portanto, dos limites do próprio mundo.⁶⁷ É uma tal visão, como Russell destaca com alguma insistência ao longo da “Introdução, que vai abrir o domínio da ética, para Wittgenstein, e proporcionar uma *reformulação do problema da individuação a esse nível*,

⁶¹ Veja-se Wittgenstein, Ludwig 1933, 5.62 e ss., pp. 151-153.

⁶² Veja-se Cook, James 1994, pp. 14 e ss.

⁶³ Veja-se Wittgenstein, Ludwig 1933, 3.323, 3.324 e 3.325, p. 55.

⁶⁴ Veja-se Russell, Bertrand 1988, pp. 103-104.

⁶⁵ Veja-se Wittgenstein, Ludwig 1933, 4.12 e ss., p. 79.

⁶⁶ *Idem, ibid em*, 6.13, p. 169.

⁶⁷ Veja-se *Idem, ibidem*, 5.6, 5.61, p. 149. Cf. Russell, Bertrand 1988, pp. 110-111.

*quer dizer, no plano místico, não discursivo, de uma relação essencial do sujeito com a lógica e o mundo considerados na sua totalidade.*⁶⁸ Deste modo, acaba finalmente Wittgenstein por pôr na prateleira a ideia de uma “linguagem logicamente perfeita”, que teria aceite em princípio segundo Russell. A alternativa, na interpretação deste último filósofo, seria desenvolvê-la conseqüentemente, em ordem a salvaguardar a possibilidade e necessidade da filosofia e, com ela, a existência de diferentes planos no nosso discurso, entre os quais esse mesmo discurso sobre o mundo (o atomismo lógico, na versão do *Tractatus*) condenado pela teoria do mostrar de Wittgenstein.⁶⁹

IV

Desenvolvimentos posteriores do problema da individuação na filosofia de Russell

Já vimos, com alguma insistência, que a problemática da individuação está longe de ser acessória ou secundária para Russell, confundindo-se, segundo ele, com a questão da legitimidade da existência da própria filosofia. *Não há filosofia que não passe por um discurso sobre o mundo, sobre o que é suposto “estar aí* (como se diz na última lição de “A Filosofia do Atomismo Lógico”) de algum modo independentemente do nosso conhecimento, sob pena de se reduzir a um discurso sobre esta ou aquela teoria da significação considerada de forma isolada e independente da respectiva referência, ou a um discurso a respeito dela mesma, o qual decreta finalmente, como acontece no *Tractatus*, a sua própria impossibilidade resvalando para o misticismo. Em ambos os casos, é o holismo que triunfa, arrastando consigo a evacuação do problema cartesiano da fundação do conhecimento, sem trazer a esse problema qualquer solução verdadeiramente alternativa. Deste ponto de vista meta-filosófico, se tivermos apenas em mente o período do atomismo lógico enquanto tal, as diferenças entre o pragmatismo e naturalismo de W. James e J. Dewey, que estiveram no centro da atenção de Russell em *Teoria do Conhecimento*, e a filosofia do *Tractatus Lógico-Philosophicus*, que o ocupou cerca de sete ou oito anos depois, não são relevantes, por muito importantes que sejam neste ou naquele aspecto em particular.

Pode haver filosofia sem a ideia de dados últimos do conhecimento, dados que fundam e ultimamente justificam a possibilidade do conheci-

⁶⁸ Wittgenstein, Ludwig 1933, 6.44 e ss.. Cf. Russell, Bertrand 1988, p. 111.

⁶⁹ Cf. *Idem, ibidem*, pp. 111-112.

mento por muito singulares que sejam? Pode a filosofia encontrar fora de si própria, no mundo da ciência e do senso comum, um ponto arqui-médico qualquer que assegure a sua legitimidade sem, simultaneamente, rejeitar a ideia de que o conhecimento que ela própria fundará é ele mesmo parte integrante e essencial desse mundo e das respectivas contingências? Ou, dito de outra maneira, pode existir um “conhecimento” proporcionado pela filosofia que seja ele mesmo “natural” em certa medida, sem se sucumbir à tentação radicalizadora e reciprocamente eliminadora do fundacionalismo e do naturalismo? O desenvolvimento da filosofia, para o Russell dos anos vinte do século passado em diante (como, logo em 1921, *A Análise da Mente* mostra), passava por uma via alternativa entre o puro fundacionalismo ou cartesianismo em filosofia, que ignora as vantagens do behaviorismo a respeito da teoria da significação, e o puro (ou mais ou menos ortodoxo) naturalismo, que, na perspectiva dessas vantagens, reduz o sujeito e o conhecimento à trama mais ou menos complexa em que, segundo a ciência e o senso comum, consistirá o próprio mundo. Não se estranhe, por isso, que, poucos anos depois da “Introdução” ao *Tractatus* e só em aparência à margem dos problemas caracteristicamente lógicos de que aí se ocupa, venha Russell a escrever um livro de divulgação da sua filosofia, hoje em dia quase esquecido, mas notável do ponto de vista desta superação do cartesianismo e do naturalismo a que acabámos de aludir, intitulado *Um Panorama da Filosofia*, que em muitos aspectos, antecipa, senão mesmo prepara (como sugerimos noutro lado) a concepção de epistemologia naturalizada que, vinte e cinco anos mais tarde, W. V. O. Quine virá a oferecer.⁷⁰

No final dos anos trinta e meados dos quarenta do século passado, Russell voltará a enfrentar a questão de saber se existem ou não dados últimos do conhecimento a propósito do positivismo lógico (tanto na versão vienense como na americana) e da chamada “filosofia inglesa da linguagem corrente” (“English ordinary language philosophy”). Era sua convicção, como mostra *Uma Investigação sobre a Significação e a Verdade*, que qualquer uma dessas escolas tinha evoluído para uma concepção essencialmente linguística dos problemas filosóficos, que negava a existência e irredutibilidade de tais dados e, assim, a própria possibilidade e legitimidade da análise, tal como ela tinha sido tradicionalmente concebida, desde logo, com Russell ele mesmo a partir de as lições sobre “A Filosofia do Atomismo Lógico”.⁷¹ Quanto ao positivismo, essa negação passava por recusar que os enunciados atômicos ou “proto-

⁷⁰ Veja-se Quine, W. V. O. 1969, pp. 69-90. E Ribeiro, H. Jales 2004, pp. 368 e ss..

⁷¹ Veja-se Russell, Bertrand 1973a, especialmente, pp. 117 e ss., e 139 e ss..

colares” (como lhes tinha chamado O. Neurath) dos sistemas científicos assentassem ultimamente nos dados dos sentidos, quer dizer, numa base exterior à própria linguagem da ciência; esta, pois, era concebida como um todo autónomo e auto-subsistente, que asseguraria por si mesmo a sua legitimidade própria.⁷² Embora Russell não utilize o conceito de holismo a respeito da concepção de uma tal linguagem, é precisamente a significação desse conceito que ele tem em mente quando a identifica com a teoria da verdade como coerência.⁷³ Quanto à filosofia inglesa, e apesar de todas as suas conhecidas divergências com os filósofos de Viena, a mesma ideia de que no mundo, ontologicamente compreendido, se pudesse, de algum modo, fundar a possibilidade da significação na linguagem corrente, era rejeitada com uma justificação similar: isso implicaria reintroduzir a metafísica e a epistemologia, no sentido clássico dos conceitos, pela porta das traseiras, depois de as ter expulso pela de entrada. De tudo isto concluía Russell, tão tarde quanto 1959 e o livro *O Meu Desenvolvimento Filosófico*, que não era apenas a ideia de análise que tinha morrido mas a própria ideia de filosofia, tal como ela foi introduzida na Grécia antiga e chegou até nós, que não fazia mais sentido.⁷⁴ Em consequência, nesse livro ele excluiu-se a si próprio expressamente da chamada “filosofia analítica”.

Cumpre-nos finalmente perguntar: que actualidade e interesse pode ter para nós, hoje em dia, uma concepção a respeito da natureza dos dados últimos do conhecimento e do estatuto do singular, como a de Russell? E responder com brevidade. A filosofia analítica contemporânea, após Russell, claramente evoluiu num sentido holista e anti-fundacionalista (que arrasta consigo, por vezes, um relativismo confesso a todos os níveis), de que foi exemplo maior, nos anos sessenta do século passado, a teoria de W. V. O. Quine sobre a “epistemologia naturalizada”. Não se duvide que, com essa teoria, embora possamos continuar, de certo modo, a filosofar, a filosofia (no sentido do conceito a que aludimos acima) tenha morrido, como Russell prognosticava. E morreu basicamente porque abandonou a ideia cartesiana de uma fundação do conhecimento no mundo através da ciência propriamente dita, sem (conjectura-se) ter devidamente explorado todas as eventuais reformulações e desenvolvimentos da mesma num outro contexto. O que Russell nos sugere com a sua filosofia, deste ponto de vista, é a prossecução uma via alternativa entre fundacionalismo e naturalismo, que aproveite de todas as vantagens tanto de uma como de outra concepção sem se identificar completamente com nenhuma delas.

⁷² *Idem, ibidem*, p. 139.

⁷³ *Idem, ibidem*, pp. 272 e ss..

⁷⁴ Veja-se *Idem* 1959, p. 230.

Referências

- CANDLISH, Stewart, 1996 “The Unity of the Proposition and Russell’s Theories of Knowledge”, in Monk, Ray (Ed.), *Bertrand Russell and the Origins of Analytical Philosophy*, Bristol (England): Thoemes Press, pp. 103-136.
- CARNAP, Rudolf, 1967 (1928) *The Logical Structure of the World. Pseudo-Problems in Philosophy*, Ed. R. A. George, London: Routledge e Kegan Paul.
- CLARK, Ronald, 1975 *The Life of Bertrand Russell*, London: Jonaathan Cape.
- COOK, James, 1994 *Wittgenstein’s Metaphysics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- EAMES, E. R., 1989 *Bertrand Russell’s Dialogue with his Contemporaries*, Carbondale-Edwardsville (U.S.A.): Southern Illinois University Press.
- GRIFFIN, Nicholas, 1993 “Terms, Relations, Complexes”, in Irvine, A. D. e Wedeking, G. A. (Ed.s), *Russell and Analytic Philosophy*, Toronto: Toronto University Press, pp. 159-192.
- HACKER, P. M. S., 1996 *Wittgenstein’s Place in Twentieth-century Analytic Philosophy*, Oxford: Blackwell.
- HACKER, P. M. S., 2001 *Wittgenstein: Connections and Controversies*, Oxford: Oxford University Press.
- HYLTON, Peter, 1992 (1990) *Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy*, Oxford: Clarendon Press.
- HYLTON, Peter, 1990 “Logic in Russell’s Logicism”, in Bell, D., e Cooper, N. (Ed.s), *The Analytic Tradition*, London: Basil Blackwell, pp. 137-172.
- LINSKY, Bernard, 1993 “Why Russell Abandoned Russellian Propositions”, in Irvine, A. D. e Wedeking, G. A. (Ed.s), *Russell and Analytic Philosophy*, Toronto: Toronto University Press, pp. 193-209.
- PATTERSON, Wayne A., 1993 *Bertrand Russell’s Philosophy of Logical Atomism*, New York: Peter Lang.
- PEARS, David, 1956 “Lógica Atomism: Russell and Wittgenstein”, in Ayer, A. J. (Ed.), *The Revolution in Philosophy*, London: MacMillan and Co..
- PEARS, David, 1993 (1987) *La pensée-Wittgenstein: Du ‘Tractatus’ aux ‘Recherches Philosophiques’*, trad. C. Chauviré, Paris: Aubier.
- PEARS, David, 1989 “Russell’s 1913 ‘Theory’ of Knowledge Manuscript”, in Savage, C. W. e Anderson, C. A. (Ed.s), *Rereading Russell: Essays in Bertrand Russell’s Metaphysics and Epistemology*, Minneapolis (U.S.A.): University of Minnesota Press, pp. 169-182.
- PUTNAM, Hilary, 1986 (1975) *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers*, vol. II, Cambridge: Cambridge University Press.
- QUINE, W. V. O., 1969 *Ontological Relativity and Other Essays*, New York: Columbia University Press.
- RIBEIRO, H. Jales, 1999 “Da imagem oficial de Russell à reabilitação da sua filosofia: ‘O Vago’ (Russell, 1923) como caso em estudo”, in *Da natureza ao sagrado (Homenagem a Francisco Vieira Jordão)*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, pp. 199-257.
- RIBEIRO, H. Jales, 1999a “The Present Relevance of Bertrand Russell’s Criticism of Logical Positivism”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 55, pp. 427-458.

- RIBEIRO, H. Jales, 2000 “Tradição, inovação e compromissos em filosofia: Russell e Wittgenstein à volta de ‘A crê ‘p’””, in Borges, Anselmo e outros (Ed.s), *Ars Interpretandi: Diálogo e tempo (Homenagem a Miguel Baptista Pereira)*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, pp. 401-449.
- RIBEIRO, H. Jales, 2001 “From Russell’s Logical Atomism to Carnap’s ‘Aufbau’: Reinterpreting the Classic and Modern Theories on the Subject”, in Rédei, M., e Stoelzner, M. (Ed.s), *John von Neumann and the Foundations of Quantum Physics*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 305-318.
- RIBEIRO, H. Jales, 2002 “Russell, Wittgenstein e o problema do holismo em filosofia”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 58, 3, pp. 465-495.
- RIBEIRO, H. Jales, 2004 “Russell versus Quine: Sobre as origens filosóficas do conceito de epistemologia naturalizada”, in Miguens, Sofia e outros (Ed.s), *Análises: Actas do 2º Encontro Nacional de Filosofia Analítica (Analysis: Proceedings of the 2nd National Meeting for Analytic Philosophy)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 368-378.
- RIBEIRO, H. Jales, 2005 “Russell, Wittgenstein e a ideia de uma ‘linguagem logicamente perfeita’”, in *Revista Filosófica de Coimbra*, 27, pp. 81-130.
- RICHARDSON, Alan, 1998 *Carnap’s Construction of the World: The ‘Aufbau’ and the Emergence of Logic Empiricism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- RODRIGUEZ-CONSUEGRA, Francisco, 1996 “Russell’s Perilous Journey from Atomism to Holism”, in Monk, Ray, e Palmer, A. (Ed.s), *Bertrand Russell and the Origins of Analytical Philosophy*, pp. 217-244.
- RUSSELL, Bertrand E WHITEHEAD, Alfred N., 1910-1913 *Principia Mathematica*, vol.s I (1910), II (1912) e III (1913), Cambridge: Cambridge University Press.
- RUSSELL, Bertrand, 1932 (1927) *An Outline of Philosophy*, London: George Allen & Unwin.
- RUSSELL, B., 1949 (1914) *Our Knowledge of the External World as a Field For Scientific Method in Philosophy*, London: George Allen & Unwin.
- RUSSELL, Bertrand, 1959 *My Philosophical Development*, London: George Allen & Unwin.
- RUSSELL, Bertrand, 1973 (1940), *An Inquiry into Meaning and Truth*, Middlesex (England): Penguin Books.
- RUSSELL, Bertrand, 1973a (1912) *The Problems of Philosophy*, London/Oxford: Oxford University Press.
- RUSSELL, Bertrand, 1974 (1912) *Os Problemas da Filosofia*, trad. A. Sérgio, Coimbra: Arménio Amado.
- RUSSELL, Bertrand, 1978 (1921), *The Analysis of Mind*, London: George Allan & Unwin.
- RUSSELL, Bertrand, 1986 (1914-1919), *The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays (1914-1919)*, Ed. J. G. Slater, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 8, London: George Allen and Unwin.
- RUSSELL, Bertrand, 1988 (1919-1926), *Essays on Language, Mind and Matter (1919-1926)*, Ed. J. Slater, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 9, London: Unwin Hyman.
- RUSSELL, Bertrand, 1989 (1912) *Problèmes de philosophie*, trad. F. Rivenc, Paris: Payot.

- RUSSELL, Bertrand, 1992 (1909-1913), *Logical and Philosophical Papers: (1909-1913)*, Ed. J. Slater, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 6, London e New York: Routledge.
- RUSSELL, Bertrand, 1992a (1927), *The Analysis of Matter*, London: Routledge.
- RUSSELL, Bertrand, 1993 (1913) *Theory of Knowledge: The 1913 Manuscript*, Ed. E. R. Eames, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 7, London e New York: Routledge.
- RUSSELL, Bertrand, 1996 (1927-1942), *A Fresh Look at Empiricism (1927-1942)*, Ed. John Slater, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 10, London e New York: Routledge.
- SAVAGE, G. Wade, 1989 “Sense-Data in Russell’s Theory of Knowledge”, in Savage, C. W. e Anderson, C. A. (Ed.s), *Rereading Russell: Essays in Bertrand Russell’s Metaphysics*, pp. 138-168.
- TAYLOR, Gerald, 1993-1994 “Acquaintance, Physical Objects, and Knowledge of the Self”, in *Russell: The Journal of the Bertrand Russell Archives*, 13, 2, pp. 168-184.
- WITTGENSTEIN, Ludwig, 1969 (1914-1916), *Notebooks: 1916-1916*, Ed. G. H. von Wright e G. E. Ascombe, trad. G. E. Ascombe, Oxford: Basil Blackwell.
- WITTGENSTEIN, Ludwig, 1933 (1922) *Tractatus Logico-Philosophicus, with an Introduction by Bertrand Russell*, London: Kegan Paul.